



UNICEPLAC

Virtual

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

PROFESSORA JANE ALMEIDA

EMBARGOS À EXECUÇÃO

- a) Nomenclatura;
- b) Legitimidade Ativa;
- c) Cabimento;
- d) Natureza Jurídica;
- e) Previsão Legal:

Art. 914. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá se opor à execução por meio de embargos.

§ 1º Os embargos à execução serão distribuídos por dependência, autuados em apartado e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, que poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

EMBARGOS À EXECUÇÃO

f) Conteúdo:

Art. 917. Nos embargos à execução, o executado poderá alegar:

I - inexecuibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;

II - penhora incorreta ou avaliação errônea;

III - excesso de execução ou cumulação indevida de execuções;

IV - retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa;

V - incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução;

VI - qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento.

§ 1º A incorreção da penhora ou da avaliação poderá ser impugnada por simples petição, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência do ato.

EMBARGOS À EXECUÇÃO

g) Efeito Suspensivo:

Art. 919. Os embargos à execução não terão efeito suspensivo.

§ 1º O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.

EMBARGOS À EXECUÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DA...VARA CÍVEL DA COMARCA DE.../ESTADO

Distribuição por dependência ao proc. N°(...)

FULADO DE TAL, estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n°...., o endereço eletrônico, residente e domiciliado na ..., através do advogado que a esta subscreve, constituído nos termos da procuração em anexo, vem a presença de Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 914 e seguintes do Código de Processo Civil, propor AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO ou OPOR EMBARGOS À EXECUÇÃO, em face de BELTRANO, estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n°...., o endereço eletrônico, de acordo com os fatos e fundamentos que a seguir passa a expor:

EMBARGOS Á EXECUÇÃO

1. PRELIMINARMENTE

1. DA TEMPESTIVIDADE

O presente instrumento jurídico está sendo utilizado dentro do prazo legal, a saber, 15 dias (art. 915 do CPC).

É que, sendo o mandado de citação juntado aos autos no dia..., e apresentados os embargos nesta data, os mesmos mostram-se tempestivos.

2. DOS DOCUMENTOS

A presente ação está instruída com cópias dos seguintes documentos, declarados autênticos pelo advogado que a esta subscreve, a saber: 1) petição inicial; 2) autos de penhora, etc.

EMBARGOS Á EXECUÇÃO

2. DOS FATOS

O embargado ajuizou ação de execução por quantia certa fundada em título extrajudicial em face do embargante, apoiada em instrumento de confissão de dívida, com valor de R\$....

Contar os fatos de forma sucinta.

3. DO DIREITO

3. DA INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO

A presente execução, que está apoiada em ..., merece ser extinta, ante a inexigibilidade do título.

É que o embargante...

Tendo sido vítima de artifício para a celebração do negocio jurídico...

EMBARGOS À EXECUÇÃO

3. DA IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA

O ordenamento jurídico pátrio consubstancia regra segunda a qual “O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza contraídas pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei” (art. 1º da Lei 8009/90).

(...)

Sendo assim, é forçoso reconhecer que a constrição sobre dito bem fora ilegítima.

EMBARGOS À EXECUÇÃO

4. DO EFEITO SUSPENSIVO

O Código de Processo Civil, em seu artigo 919, parágrafo 1º, indica que o Juiz poderá conceder o efeito suspensivo aos embargos, desde que...

6. DOS PEDIDOS

Diante do exposto requer:

A juntada do comprovante de recolhimento de custas (ou o pedido de justiça gratuita acaso tenha sido formulado inicialmente);

Sejam os embargos distribuídos por dependência, recebidos e instruídos por este juízo sob o efeito suspensivo.

Seja o embargado ouvido no prazo de 15 (quinze) dias;

Ao final, a procedência dos embargos com a consequente extinção da execução, bem como a liberação de penhora sobre o bem de família.

EMBARGOS À EXECUÇÃO

A condenação do embargado em todas as custas processuais e honorários advocatícios.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos e tudo o quanto se fizer necessário para a efetivação da justiça.

Dá-se à causa o valor de R\$... (valor da execução).

Nestes termos,
pede deferimento.

Local, data
Advogado/OAB

CASO PRÁTICO

Marilene procura você, como advogado(a), assustada, porque, há duas semanas, recebeu a visita de um Oficial de Justiça, que entregou a ela um Mandado de Citação e Intimação. O Mandado refere-se à ação de execução de título extrajudicial ajuizada por Breno, distribuída para a 1ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, em que é pretendida a satisfação de crédito de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), consubstanciado em instrumento particular de confissão de dívida, subscrito por Marilene e duas testemunhas, e vencido há mais de um mês.

Breno indicou à penhora valores que Marilene tem em três contas bancárias, um carro e o imóvel em que reside com sua família. Alegou ainda que a executada estaria buscando desfazer-se dos bens, razão pela qual o juízo deferiu de plano a indisponibilidade dos ativos financeiros de Marilene pelo sistema eletrônico gerido pela autoridade supervisora do sistema financeiro nacional. Pelo andamento processual no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, você verifica que o mandado de citação e intimação positivo foi juntado aos autos há dois dias.

CASO PRÁTICO

Marilene, muito nervosa, relata que manteve relacionamento com Breno, durante o qual ele insistiu que ela assinasse alguns papéis, informando se tratar de documentos necessários para que ele pudesse receber um benefício previdenciário acumulado. Ela, sem muito estudo, assinou, acreditando estar apenas declarando que ele, Breno, ainda não tinha recebido R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), aos quais alegava fazer jus frente ao INSS. Informa, inclusive, que uma das pessoas que assinou como testemunha é uma vizinha sua, que sabe que ele a induziu a acreditar que estava assinando apenas uma declaração para que ele obtivesse o benefício. Esclarece que, quando o relacionamento acabou, Breno se tornou agressivo e afirmou que tomaria dela as economias que sabia ter em uma poupança, mas, na época, ela achou que era uma ameaça vazia de um homem ressentido.



CASO PRÁTICO

Ela está especialmente preocupada em resguardar sua moradia e os valores que tem em uma de suas contas bancárias, que é uma poupança, que se tornou fundamental para a subsistência da família, já que sua mãe está se submetendo a um tratamento médico que pode vir a demandar a utilização dessas economias, informando que, em caso de necessidade, preferia ficar sem o carro que sem o dinheiro. Gostaria, todavia, de impugnar o processo executivo como um todo, para não mais sofrer nas mãos de Breno.

Na qualidade de advogado(a) de Marilene, elabore a defesa cabível voltada a impugnar a execução que foi ajuizada, desconsiderando a impugnação prevista no Art. 854, § 3º, do CPC/15.